

## **Estruturas de Consumo das Famílias: Continuidades e vetores de mudança em 40 anos de democracia**

Isabel Silva Cruz

*Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, Portugal, Bolsa Pós-doutoramento pela FCT - SFRH/BPD/64192/2009, E-mail: imsilvacruz@gmail.com.*

**Resumo:** Nas últimas quatro décadas, a sociedade portuguesa foi palco de inúmeras mudanças. A par de uma mudança estrutural, associada à difusão de novos valores e estilos de vida, surge a sociedade de consumo. Esta sociedade é caracterizada, entre outros aspetos, pela diversificação das aspirações e pelo aumento da oferta de bens e serviços a camadas mais alargadas da população. O objetivo deste artigo é identificar as continuidades e os vetores de mudança ao nível das práticas de consumo a partir da análise da estrutura do orçamento familiar, entre 1967 e 2011. A abordagem teórica centra-se nos contributos das teorias da prática para a análise das práticas do consumo. A análise dos dados dos Inquéritos às Despesas das Famílias, promovidos pelo Instituto Nacional de Estatística, permitem concluir, por um lado, que as alterações registadas aproximam a estrutura do orçamento das famílias portuguesas das estruturas que caracterizam as modernas sociedades de consumo. Por outro lado, revelam que as quatro décadas de democracia não contribuíram para diminuir as desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** estruturas de consumo; práticas de consumo; democracia; vetores de mudança.

**Title:** Household Budget: Continuity and vectors of change in 40 years of democracy

**Abstract:** Over the past four decades the Portuguese society was scene of numerous changes. In addition to a structural change, associated to the spread of new values and lifestyles, emerges the consumer's society. Among others, this society is characterized by the diversification of aspirations and the increasing supply of goods and services to wider stratum of population. The purpose of this article is to identify the continuities and change vectors in what concerns the consumer practices based on the analysis of the household budget between 1967 and 2011. The theoretical approach focuses on the contributions of theories of practice for the analysis of consumption practices. The analysis of the household expenses surveys promoted by the INE (Instituto Nacional de Estatística) allow us to conclude on one hand that the tracked changes approach the budget structure of Portuguese families to the structures that characterize the modern consumer societies; on other hand reveal that four decades of democracy have not contributed to reduce social inequality.

**Keywords:** household budget; consumer practices; democracy; change vectors.

**Título:** Estructuras de consumo de las familias: Continuidades y vectores de cambio en 40 años de democracia

**Resumen:** En las últimas cuatro décadas, la sociedad portuguesa fue escenario de numerosos cambios. Además de un cambio estructural asociado con la expansión de nuevos valores y estilos de vida surge la sociedad de consumo. Esta sociedad se caracteriza, entre otras cosas, por la diversificación de las aspiraciones y por la mayor oferta de bienes y servicios a sectores más amplios de la población. El propósito de este artículo es identificar las continuidades y los vectores de cambio en términos de prácticas de consumo basados en el análisis de la estructura del presupuesto familiar entre 1967 y 2011. El enfoque teórico se centra en los aportes de las teorías de práctica para el análisis de prácticas de consumo. El análisis de los datos de las encuestas de los gastos familiares promovidas por el INE (Instituto Nacional de Estadística), nos permite concluir, por un lado, que los cambios realizados acercan la estructura del presupuesto de las familias portuguesas de las estructuras que caracterizan las sociedades de consumo modernos. Por otra parte, revelan que las cuatro décadas de democracia no han contribuido para la reducción de la desigualdad social.

**Palabras clave:** patrones de consumo; prácticas de consumo; democracia; vectores de cambio.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

A sociedade portuguesa foi palco de inúmeras mudanças, algumas delas anteriores à revolução do 25 de Abril, e outras fortemente influenciadas pela liberdade e pela pluralidade de valores, pelos governos e pelas novas políticas que tiveram origem na Revolução de Abril. Nas décadas de 1960 a 1990, a par de uma mudança estrutural que se encontra associada à difusão de novos valores e estilos de vida, surge a sociedade de consumo, visível através da evolução das despesas médias e, conseqüentemente, da estrutura do orçamento das famílias (Cruz, 2013; Barreto, 2000). Neste sentido, a análise das práticas de consumo constitui um dos vetores de análise, entre tantos outros, para a compreensão e o aprofundamento das mudanças que se registaram na sociedade portuguesa, nas últimas quatro décadas.

A emergência da sociedade de consumo, em Portugal, está associada ao declínio do autoritarismo e a um maior igualitarismo, à laicização dos costumes e das instituições (família, religião, etc.), a uma maior permissividade nos comportamentos e nos valores. Está, também, fortemente relacionada com o alargamento dos direitos sociais (à educação, à saúde, à habitação, ao emprego, entre outros), com a diversificação das aspirações potenciada pela informação e pelo conhecimento, com a alteração das relações intergeracionais ('cultura jovem') e com o aumento exponencial das ofertas de bens e serviços a camadas cada vez mais alargadas da população.

De salientar, ainda, que as mudanças que se prendem com a adoção de novos "padrões de consumo, de distribuição, de comunicação e de expressão" são mais rápidas do que as relativas ao estabelecimento de "padrões de produção, de distribuição de rendimentos, de equidade e de eficácia dos serviços públicos" (Barreto, 2000, p.68). Este facto acentuou e criou novos desequilíbrios na sociedade portuguesa. Por um lado, esta vive a "modernidade contemporânea das sociedades ocidentais, não se distinguindo, pelos seus comportamentos, dos padrões europeus" (*Ibidem*), por outro, ela permanece associada a um imobilismo, resiste à mudança ou não consegue adaptar-se a esta. Assim, não obstante toda a mudança registada, persistem défices de *modernização* que afastam a sociedade portuguesa do padrão que caracteriza os países europeus de modernidade avançada e que reforçam a ideia de uma *modernidade inacabada* (Machado & Costa, 1998).

A análise da evolução das estruturas de consumo das famílias em Portugal, entre 1967 e 2011, ancora-se na *Teoria da Prática* (Bourdieu, 1972) e nos seus prolongamentos críticos (Lahire, 1998; Casanova, 1995; Giddens, 1996). Os conceitos de *habitus* e de reflexividade ocupam um lugar central na análise das práticas de consumo. Ao possibilitar uma nova forma de conceptualizar as rotinas quotidianas, as teorias da prática rompem com a conceção do 'consumidor soberano' prevalecente na Economia Clássica e afirmam-se enquanto ferramenta incontornável na análise das práticas de consumo (Warde, 2014, 2013; Southerton, 2014).

As práticas de consumo são perspetivadas tendo em conta o referencial teórico da Sociologia do Consumo. O ato de consumo não se esgota na destruição de um bem para a satisfação de uma necessidade. Os consumidores atribuem aos objetos um significado simbólico e associam-nos a rituais que só podem ser compreendidos por relação a um

<sup>1</sup> Este texto tem por base a comunicação apresentada na Mesa redonda – Educação, Consumo e Alimentação, no VIII Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia – APS, em Évora, Abril de 2014.

contexto (cultural, social) e às dimensões espacial (espaço social e físico) e temporal (histórico, ciclo de vida), (Bauman, 2008; Douglas & Isherwood, 2004).

A abordagem metodológica baseia-se nos dados estatísticos recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, através dos Inquéritos às Despesas das Famílias – IDF. A análise das práticas de consumo é quantitativa. É realizada a partir de uma análise secundária de dados e focada na variação da importância relativa que as diversas rubricas de despesas assumem na estrutura do orçamento familiar, entre 1967 e 2011. Centramos a análise nas três principais rubricas de despesa – *alimentação; habitação, despesas com água, eletricidade, gás e outros combustíveis*; e *transportes* – e nas rubricas que se afirmam enquanto vetores de mudança – *comunicações; lazer, distração e cultura; e hotéis, restaurantes, cafés e similares*.

É através do referencial teórico e da abordagem metodológica, acima referidos, que nos propomos identificar as continuidades e os vetores de mudança ao nível das práticas de consumo, nos 40 anos de democracia portuguesa.

No ponto seguinte aprofundamos os contributos da *Teoria da Prática* para a análise das práticas de consumo. Seguidamente, apresentamos o conceito de prática de consumo a partir de algumas das perspetivas teóricas da Sociologia do Consumo. A abordagem metodológica inclui uma reflexão centrada nas limitações decorrentes de uma análise secundária de dados estatísticos, a apresentação e discussão dos resultados com vista à identificação das mudanças registadas na estrutura de consumo das famílias, ao longo de 40 anos de democracia, e os vetores de mudança. Por último são apresentadas as conclusões.

## 2. A Teoria da Prática enquanto ferramenta para a análise das práticas de consumo

Na *Teoria da Prática*, Bourdieu (1972) define o *habitus* como um conjunto de disposições incorporadas, princípio gerador de estratégias, de modos de pensar, sentir e agir, salientando o carácter rotineiro e decorrente de um processo de aprendizagem (socialização) que se encontra associado às práticas quotidianas. Ao enfatizar a rotina, a variação e a sequência, as disposições e a consciência prática, as teorias da prática fornecem um quadro teórico alternativo para a análise das atividades quotidianas (Warde, 2014; Southerton, 2013).

Neste referencial teórico é importante distinguir o *habitus* das práticas, das disposições e dos procedimentos. O *habitus* é um conjunto de disposições duradouras e transponíveis. As práticas que o *habitus* produz são o resultado de um processo de aprendizagem dominado por uma série de regularidades estatísticas que estão associadas a um contexto socialmente estruturado, isto é, às condições materiais de existência de uma dada classe. As aspirações e as práticas que o *habitus* produz são consistentes e, até mesmo, 'pré adaptadas' às necessidades dessas condições objetivas. Esta correspondência é potenciada pelo efeito de *histerese* que é um reforço secundário negativo que impõe sanções às práticas que se afastam das condições objetivas (Bourdieu, 1972). Assim, os gostos são pré-determinados. Essa determinação decorre das diferenças de capitais (social, cultural e simbólico) e é maior no que se refere ao *gosto da necessidade* e menor no *gosto de luxo*. No primeiro caso, o gosto é desenvolvido em função da necessidade enquanto no segundo caso, o *gosto do luxo*, traduz uma maior liberdade e evasão face às condições objetivas que o determinam. Estabelece-se assim uma relação de condicionamento entre o volume de capital (recurso que confere poder)

que o indivíduo detém e os seus gostos. Esta relação é visível quer através da análise da estrutura do orçamento das famílias que ocupam posições opostas na estrutura social, quer da análise da variação desta estrutura na sociedade portuguesa, ao longo do tempo.

Os conceitos de prática, disposição e procedimento são, como referimos, centrais na análise das práticas de consumo. As práticas são definidas por Southerton e Yates (2014) como 'entidades' que permitem ações não reflexivas partilhadas culturalmente e que são reproduzidas através dessas mesmas ações. As disposições correspondem a mecanismos que afetam a distribuição das práticas pelos grupos sociais e são constantemente modificadas pela experiência e pela trajetória de modo a tornarem coerentes as ações através das práticas (Southerton, 2013). Finalmente, os procedimentos referem-se a conhecimentos tácitos e a competências incorporadas. Esta conceptualização favorece a análise das práticas de consumo enquanto práticas associadas a rituais sociais presentes nas rotinas diárias. De considerar ainda que estes rituais diferem de acordo com o tempo, o lugar e os grupos sociais e que são interiorizados de modo inconsciente através do processo de socialização.

A centralidade dos conceitos de *habitus* e de reflexividade, na análise das práticas de consumo, promove a revisitação de diversas perspetivas teóricas, quer no âmbito mais geral da Sociologia, quer no domínio mais restrito da Sociologia do Consumo.

O modelo da escolha racional associado ao conceito de 'consumidor racional' tem vindo a ser questionado por diversos autores. Pinto (1990) alerta para a necessidade de atender às condições sociais e históricas em que são geradas as práticas e os padrões de consumo. Pinto afirma que cada indivíduo é um consumidor, independentemente da sua vontade. Assim, a prioridade é identificar o tipo de racionalidade que preside às escolhas do consumidor num dado contexto. Giddens (1996) defende que o indivíduo nem sempre consegue identificar uma razão, ainda que falsa, para o seu comportamento ou associar esta identificação a uma avaliação da responsabilidade moral.

Ainda no que se refere à relação entre prática e agência, a teoria da ação de Lahire (1998) rompe com a dicotomia hábito ou rotina / reflexividade e consciência e centra-se na análise das diferentes formas de reflexividade em função de diferentes tipos de ação. Lahire distingue a ação pré reflexiva, não planeada nem calculada (hábitos corpóreos), da ação reflexiva, planeada, calculada e imediatamente ou mais tarde refletida (hábitos refletidos). Para o autor todo o hábito é construído através da repetição e do treino, formal e informal. Deste modo, o hábito corresponde quer a um esquema de ação, quer à ativação de experiências por elementos desencadeadores. A variação do comportamento social depende do contexto e da pluralidade do ator. Afirma-se, assim, a centralidade do contexto na determinação das ações (Lahire, 2002; Costa, 1999)

Warde (2014) defende que as teorias da prática constituem uma importante ferramenta para os estudos empíricos na área do consumo. Para este autor, o consumo é uma forma de atividade prática e social. De acordo com as teorias da prática, o consumo é um produto associado a convenções comumente reconhecidas e localizadas que estão relacionadas com essas práticas (Warde, 2013).

Em suma, as práticas de consumo correspondem a ações que decorrem da aprendizagem, da imitação e do treino (consciente ou inconsciente) e que são indissociáveis das rotinas quotidianas (mais ou menos frequentes). Estas práticas variam em função dos contextos (sociais, culturais, económicos, de interação) e do tempo (histórico, biográfico). Como outras práticas sociais são fenómenos complexos e pluridimensionais. Assim, constituem ferramentas centrais para a sua análise e

compreensão as teorias da prática, que abordamos neste ponto, e os contributos da sociologia do consumo dos quais nos ocuparemos em seguida.

### 3. Os contributos da Sociologia do Consumo para a análise das práticas de consumo e das mudanças estruturais das sociedades

A Sociologia do Consumo privilegia a relação entre a utilidade de um bem e o quadro cultural. Neste sentido, o consumo é tanto uma questão de preço, de troca e de relação económica quanto de sentido, de valor, de comunicação e de *status* e papéis codificados, através dos quais os indivíduos são posicionados na hierarquia social. O valor dos objetos depende, ainda, de critérios situacionais (tempo e espaço; contextos de interação, de socialização, etc.), de variáveis sociológicas (género, idade, capital cultural, económico, social e simbólico, entre outras) e dos valores de consumo projetados pelo sujeito nos objetos (valores práticos, hedonistas, consumistas, utópicos). Ao incluir os valores na análise das práticas de consumo estamos a integrar a dimensão afetiva, a criatividade dos agentes e as representações imaginárias veiculadas pelos bens de consumo. Deste modo, o desejo é concetualizado a partir de processos sociais e psicológicos. O consumo é conceptualizado enquanto forma de reprodução e de comunicação social característica da sociedade de consumo (Barbosa, 2008; Bauman, 2008; Miller, 1995).

As práticas de consumo contribuem para a transmissão de crenças e de comportamentos sociais e estão impregnadas de dinâmicas socioculturais. Deste modo, o consumo mantém uma espécie de dinâmica da memória coletiva. Por um lado, está ligado a um conjunto de esquemas culturais relativos à compra ou à utilização de bens e serviços e, por outro, perpetua valores transmitidos pela família, pela escola, pelos *media*, etc. O consumo é uma questão de classificação que revela de uma lógica cultural que, como um sistema prescritivo, impõe obrigações e interdições. A cultura do consumo relaciona modos de fazer, princípios de compra, de avaliação, de rejeição, com modos de ver, de representar, de categorizar os objetos. Neste sentido, a cultura é um mecanismo que possibilita pensar e, assim, consumir os bens. Da mesma forma, a necessidade dos bens depende do modo como estes se inscrevem num sistema de regras de perceção cultural. Consequentemente, as fronteiras do consumo remetem para as fronteiras socioculturais (Douglas & Isherwood, 2004).

As práticas de consumo, ao inscreverem-se numa lógica cultural, encontram-se submetidas às regras de estruturação da cultura, definidas por Lévi-Strauss (1974). Estas regras são de interdição, definem o que é formalmente estabelecido numa dada cultura; de permissão, relativas ao que está autorizado; e de prescrição, que designam os comportamentos implicitamente aceites por um grupo.

Enquanto relações de sociabilidade, as práticas de consumo devem ser analisadas numa tripla perspetiva. Por um lado, elas revelam a *pertença de classe*, isto é, através do consumo afirma-se um estatuto, uma *identidade* de classe, um *habitus*. Por outro, as práticas de consumo evidenciam, também, *contaminação cultural*, ou seja, através do consumo o indivíduo procura identificar-se com o grupo social de referência (um outro *habitus*). Finalmente, manifestam uma *identidade própria*. Dito de outro modo, através do consumo o indivíduo define a sua própria *identidade*, um estilo pessoal, construído *nas e pelas* diferentes relações que estabelece com os outros (*possibilidade / impossibilidade de estabelecer relações sociais rentáveis*). Simultaneamente, o que se consome não é independente do contexto em que se dão as relações que se estabelecem com os outros



(*lógicas identitárias / lógicas de diferenciação*). Assim, a necessidade de aprofundar o conhecimento da relação entre os contextos de socialização e as disposições incorporadas, entre a ética de vida subjacente ao *habitus* e as práticas de consumo, é reforçada.

A pertinência que o consumo adquire no âmbito da Sociologia, a partir da década de 1980, está associada ao reconhecimento da centralidade do consumo no processo de reprodução social e ao estabelecimento de relações entre este e a cultura. Outro fator relevante prende-se com o facto de o consumo corresponder a uma das características da sociedade contemporânea e de, através dele, podermos discutir a natureza da realidade.

A origem da sociedade de consumo encontra-se associada a fenómenos históricos como o desenvolvimento das cidades e do comércio, a industrialização, com mudanças ao nível da dimensão cultural da sociedade, como por exemplo o aumento do nível de escolaridade da população, novas formas de lazer, a construção de uma nova subjetividade e a expansão da ideologia individualista (Barbosa, 2008). A emergência da sociedade de consumo é, também, paralela à possibilidade das famílias disporem de rendimentos para adquirirem bens e serviços até aí inacessíveis (Alonso, 2005).

Na abordagem histórica à sociedade de consumo são centrais as questões do *quando* e do *que* mudou. O enfoque produtivista, prevalecente no ocidente, coloca a produção no centro e garante a hegemonia política da economia, relegando o consumo para segundo plano (Miller, 1995). Em oposição, estudos desenvolvidos por historiadores mostram que a Revolução Comercial e de Consumo precedeu a Revolução Industrial e foi um ingrediente central da modernidade e modernização das sociedades ocidentais (Barbosa, 2008; Ringberg, 2005).

Ancorados neste enquadramento teórico, desenvolvemos uma análise pluriperspectivada do consumo enquanto prática social. Esta análise tem como objetivo, como já referimos no início deste artigo, identificar as mudanças ao nível das estruturas de consumo das famílias a partir de uma análise dos Inquéritos às Despesas Familiares – IDF, publicados pelo INE, entre 1967 e 2011.

#### 4. A análise das práticas de consumo a partir de dados estatísticos

A decisão de estudar as práticas de consumo a partir da análise das despesas foi tomada, por um lado, tendo em conta o conhecimento de que existem alguns condicionalismos decorrentes da análise secundária de dados. Por outro lado, este conhecimento reforçou a ideia de que a (re)utilização de dados estatísticos constitui uma prática corrente e metodologicamente aceitável desde que se conheçam as condições que presidiram à recolha dos mesmos (Durand & Weil, 1990).

São múltiplas as potencialidades de análise das práticas de consumo a partir dos dados estatísticos relativos às despesas das famílias. Designadamente, a partir destes dados é possível: i) identificar as variáveis determinantes dos comportamentos de consumo, ii) estabelecer relações entre estas variáveis e consumos-tipo, iii) relacionar as estruturas do consumo com o nível de desenvolvimento socioeconómico do país, iv) inferir a natureza e a quantidade de necessidades individuais decorrentes da posição social, v) associar consumos a éticas de vida, entre outras possibilidades de pesquisa.

Não obstante todas estas vantagens, importa identificar, desde logo, algumas limitações na abordagem metodológica. Uma primeira prende-se com o facto de o Instituto Nacional de Estatística – INE não definir como objetivo prioritário para a recolha dos

dados através do Inquérito às Despesas das Famílias – IDF a análise dos comportamentos de consumo. Na verdade, os objetivos centrais destes inquéritos, cuja periodicidade é quinquenal, são: i) fornecer informação relevante sobre a utilização de bens e serviços pelas famílias na satisfação das suas necessidades; ii) atualizar os ponderadores do índice dos preços no consumidor; e iii) atualizar as estimativas de Consumo Privado das Contas Nacionais. A segunda decorre de na definição da amostra e na recolha de dados do IDF não serem considerados aspetos centrais na análise sociológica do consumo, como por exemplo a hierarquização do espaço geográfico. A terceira deriva da impossibilidade de, a partir das margens de erro apresentadas, aumentar o nível de desagregação das rubricas de consumo de forma a cruzar variáveis menos frequentes na amostra, isto é, variáveis de caracterização socioeconómica sociologicamente relevantes. Finalmente, a quarta revela a inexistência de uma estabilidade nas variáveis e nos valores definidos para as mesmas, nos diversos inquéritos realizados pelo INE, entre 1967 e 2011. Tal facto dificulta a realização de uma análise diacrónica das estruturas das famílias. Não obstante todos estes condicionalismos, importa realçar como potencialidade desta abordagem metodológica a ideia de que é possível analisar a partir das despesas questões centrais ao nível da sociologia do consumo, como por exemplo as desigualdades sociais, a relação entre consumo e cultura e entre as práticas de consumo e as mudanças estruturais verificadas numa dada sociedade. Ainda neste sentido, não podemos deixar de evidenciar outras potencialidades dos dados recolhidos pelo INE, que justificam plenamente a sua utilização na análise da problemática do consumo. É o caso do questionamento centrado nos conceitos de *gosto da necessidade* e de *gosto do luxo*, na distinção entre consumo de *bens materiais* e *não materiais* e na relação entre o consumo familiar, o consumo que decorre do desejo e do gosto individual e o consumo centrado nos outros, promovido pela taxinomia utilizada no IDF (Cruz, 2013).

A relação direta e mais imediata que é possível estabelecer entre as variáveis de caracterização sociodemográfica dos indivíduos e as escolhas ao nível das práticas de consumo, enfatiza a pertinência dos contributos teóricos das teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida e os contributos da *Teoria da Prática*, em particular, a centralidade do conceito de *habitus* (Bourdieu, 1979, 1972), já desenvolvidos anteriormente.

A inclusão destas perspetivas teóricas na análise traduz-se pela concetualização do consumo enquanto prática relacional, isto é, do ator por relação: i) aos contextos e espaços sociais; ii) aos outros atores; iii) à sua própria trajetória; iv) à sua própria identidade; v) aos objetos de consumo e ao seu significado simbólico. E, por outro lado, enquanto prática situada no tempo (histórico, ciclo de vida) e no espaço (social e físico). É esta abordagem que preside à análise dos dados estatísticos publicados pelo INE, apresentada neste artigo.

São cinco as grandes rubricas de despesa que integram a 1ª edição deste inquérito, então designado por Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias – IRDF, realizado em 1967-68. A designação e os itens que integram as diferentes rubricas de despesa traduzem a diversidade de bens e serviços existentes no período em análise. Constituem, também, um indicador do nível de desenvolvimento socioeconómico do país e das assimetrias que o caracterizam quer em termos geográficos, quer da hierarquia social, e que são visíveis através da importância relativa que estas despesas assumem na estrutura do orçamento familiar. Em suma, enfatizam a distinção entre o *gosto da necessidade* e o *gosto do luxo*. São, ainda, indicadores relevantes no que se refere à

diversidade de bens e serviços existentes na época e ao modo como estes são integrados e trabalhados ao nível da produção de dados estatísticos e, conseqüentemente, na forma de produzir conhecimento sobre a realidade social. As quatro primeiras rubricas reportam-se às despesas com *alimentação e bebidas*, com *vestuário e calçado* e com a *habitação*, separando as despesas com as *rendas* e a *água*, das com *aquecimento, iluminação e artigos domésticos*. O modo como são definidas as rubricas e os itens de despesa relativas à *habitação* evidencia as determinações decorrentes das condições materiais de existência e dos contextos, no que se refere à oferta e procura de bens e serviços. Importa salientar que na década de 1960 as condições habitacionais e o acesso a redes de fornecimento de água e eletricidade eram bastante díspares no território português. A quinta rubrica de despesa, *gastos diversos*, constitui uma categoria residual e grosseira que engloba despesas tão diversas quanto as relativas a *cuidados pessoais e saúde; transportes e comunicações; instrução, cultura e divertimentos; tabaco e despesas do fumador e outros bens e serviços*.

As edições deste inquérito, realizadas entre 1980-81 e 1994-95, integram nove grandes rubricas de consumo. As despesas com *alimentação, bebidas e tabaco* surgem agrupadas na mesma rubrica e continuam a referir-se a despesas relativas ao *gosto da necessidade*. Não obstante, elas permitem estabelecer a distinção entre grupos que ocupam posições diametralmente opostas na hierarquia social. Esta oposição é visível quer pela importância relativa que estas rubricas de despesa assumem na estrutura do orçamento das famílias, quer pelo seu valor percentual, que torna esta estrutura mais ou menos equilibrada. O mesmo acontece com as despesas com *habitação, aquecimento e iluminação* que reforçam a divisão entre os proprietários e os locatários, as desigualdades em termos de conforto na habitação (aquecimento) e as assimetrias existentes no território português. De referir que a cobertura de serviços e equipamentos coletivos (água, eletricidade e saneamento básico) ocorre entre 1970 e 1985 (Barreto, 2000). A rubrica relativa a *vestuário e calçado* mantém-se, embora a sua importância relativa diminua em resultado da massificação do pronto a vestir e da conseqüente diminuição do custo deste bem e, também, do aumento da importância relativa de outras rubricas de despesas na estrutura do orçamento familiar. Individualizam-se as despesas com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção, com serviços médicos e de saúde, com transportes e comunicações* e relativas a *distrações, espetáculos, instrução e cultura*. Esta mudança revela um aumento do nível de vida da população resultante de um maior desenvolvimento económico e social registado na sociedade portuguesa que, por sua vez, tornou possível o acesso a um conjunto de bens de consumo (eletrodomésticos, TV, aparelhos Hi-Fi e, também, ao automóvel) a uma camada alargada da população (*ibidem*). Todas estas mudanças contribuem para um aumento do bem-estar coletivo e individual da população. As duas últimas rubricas, *Outros bens e serviços* (integra despesas tão diversas quanto: higiene e cuidados pessoais; outros artigos; despesas em restaurantes, cafés, hotéis; viagens turísticas tudo incluído; serviços financeiros e outros serviços) e *Outras despesas* (inclui taxas diversas e outras despesas), correspondem a categorias grosseiras, com designações genéricas e de carácter residual.

A partir do ano 2000 o INE adota a Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP). Esta classificação, utilizada nos diversos países da União Europeia, vem facilitar a comparação entre a estrutura do consumo das famílias portuguesas e a das suas congéneres europeias. Este facto enfatiza a importância da cultura e dos



contextos sociais e políticos por relação à dimensão económica, ao nível das práticas de consumo.

A desagregação das despesas permanece e dá origem a uma estrutura do orçamento familiar composta por doze rubricas de despesa. Nesta nova estrutura são consideradas de forma isolada as despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas; bebidas alcoólicas e tabaco; transportes; comunicações; lazer, distração e cultura; ensino; hotéis, restaurantes, cafés e similares e outros bens e serviços*. As rubricas relativas a despesas com *vestuário e calçado; com habitação; com água, eletricidade, gás e outros combustíveis; com móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas de manutenção da habitação* e com *saúde*, não são alteradas. Em suma, estas mudanças evidenciam alguns dos traços caraterísticos de uma nova estrutura de consumo que se encontra associada à *moderna sociedade de consumo*, e aos valores hedonistas que nela predominam.

O processo de urbanização, marcado pelas dicotomias rural / urbano, litoral / interior e norte / sul, é caraterizado, nas décadas de 1980 e 1990, pela emergência e consolidação de novos polos de atração (urbanização difusa no litoral Norte, Centro e Algarvio; cidades de média dimensão e áreas de industrialização disseminada). Com a urbanização, como já foi referido, difundem-se novos estilos de vida, práticas de lazer e padrões de consumo que se prendem com uma maior diversificação das ofertas de bens e serviços (Machado & Costa, 1998). De referir, ainda, a associação existente entre estes novos estilos de vida e os diferentes tipos de famílias [extensas, nucleares (com e sem filhos), monoparentais, recompostas e de indivíduos sós] e o ciclo de vida das mesmas. De facto, a variável tipo de família é uma variável relevante para a análise das práticas de consumo (Mauritti, 2011; Cruz, 1996).

## 5. A estrutura do consumo das famílias portuguesas: o que mudou em 40 anos de democracia?

A evolução da estrutura do orçamento familiar, entre 1967 e 2011, evidencia um aumento do bem-estar, visível através da alteração da importância relativa das despesas e do seu valor percentual. Ao longo do período em análise, esta estrutura tornou-se mais equilibrada e, assim, mais próxima do modelo de estrutura que caracteriza as modernas sociedades de consumo. Concretamente, diminuiu quer a importância relativa, quer o valor percentual das despesas com a alimentação (*gosto da necessidade*), e aumentaram as despesas com a cultura e o lazer e com as comunicações. Estas duas últimas despesas afirmam-se enquanto vetores de mudança ao nível das práticas de consumo nas sociedades contemporâneas. De salientar, ainda, o aumento dos valores relativos às despesas com a habitação e com os transportes (Cruz, 2013; Barreto, 2000).

A análise dos dados do IDF, relativos ao Continente, no período entre 1967 e 2011, revela que as despesas com *alimentação* (C01), *habitação* (C04) e com *transportes* (C07) dominam a estrutura de consumo das famílias portuguesas (quadro n.º 1). O valor percentual e a posição relativa destas despesas, variável no período em análise, traduzem um aumento do nível de desenvolvimento socioeconómico do país e, conseqüentemente, do nível de vida das famílias. De facto, no ano 2000, todas estas despesas registam pela primeira vez um valor percentual inferior a 20% do total das despesas. Assim, dado que é menos díspar o valor percentual entre as diversas rubricas

de despesa, a estrutura do orçamento familiar torna-se mais equilibrada, ao longo do período em análise.

**Quadro n.º 1 - Principais rubricas de despesa do orçamento familiar entre 1967 e 2011 – Continente (%)**

	1967-68		1973-74		1980-81		1989-90		1994-95		2000		2005-06		2010-11	
<b>C01</b>	45,87*	1 <sup>a</sup>	38,46	1 <sup>a</sup>	36,26	1 <sup>a</sup>	29,43	1 <sup>a</sup>	21,00	1 <sup>a</sup>	18,58	2 <sup>a</sup>	15,5	2 <sup>a</sup>	13,3	3 <sup>a</sup>
<b>C04</b>	14,25	2 <sup>a</sup>	13,57	2 <sup>o</sup>	9,19	4 <sup>a</sup>	12,12	3 <sup>a</sup>	20,28	2 <sup>a</sup>	19,69	1 <sup>a</sup>	26,5	1 <sup>a</sup>	29,2	1 <sup>a</sup>
<b>C07</b>	5,41**	6 <sup>a</sup>	6,85	5 <sup>a</sup>	12,77	2 <sup>a</sup>	14,68	2 <sup>a</sup>	17,17	3 <sup>a</sup>	14,96	3 <sup>a</sup>	12,9	3 <sup>a</sup>	14,5	2 <sup>a</sup>

\* Inclui bebidas (alcoólicas e não alcoólicas)

\*\* C07 = Transportes + Comunicações

Fonte: INE, *Inquérito às Despesas das Famílias* (designação atual)

A perda da importância relativa das despesas referentes às necessidades básicas, *gosto da necessidade*, ao nível da estrutura de consumo, e a relevância dos bens de luxo, *gosto do luxo*, reforça a existência de condicionantes ao nível das práticas, questionando o carácter individual das escolhas em termos do consumo. Os nossos gostos, as escolhas que fazemos em termos dos bens e serviços, o nosso estilo de vida é condicionado pela idade, pelo rendimento, pelo nível de instrução, pela categoria socioeconómica, pela etapa do ciclo de vida, pelo tamanho da família e, também, pelo grau de urbanização do local de residência, já que o consumo depende da oferta de bens e serviços.

A importância das despesas relativas às *necessidades básicas*, nomeadamente com *produtos alimentares* (C01), diminui significativamente, passando de 1<sup>a</sup> para a 3<sup>a</sup> maior despesa, com valores percentuais de 45,87% e 13,3%, respetivamente. O facto desta despesa deixar de ocupar o primeiro lugar na estrutura do orçamento familiar apenas na viragem do século, reforça o atraso na entrada da modernidade, característico da sociedade portuguesa. Simultaneamente, enfatiza o forte pendor tradicionalista desta estrutura, dominada pelo *gosto da necessidade*. Revela, também, que a ideologia consumista da escolha (possibilidade de escolher para além das necessidades básicas) só recentemente se estendeu aos grupos sociais mais desfavorecidos.

Ainda relativamente às práticas alimentares, consideramos importante referir outras mudanças, como por exemplo a incorporação de produtos biológicos nas dietas alimentares (Truninger, 2010), e a diversificação destas (alimentação vegetariana, entre outras) que têm vindo a adquirir relevância na sociedade portuguesa, desde o início deste século. Embora não seja possível, através dos dados recolhidos pelo INE, avaliar o impacto destas alterações, consideramos pertinente deixar aqui este pequeno apontamento.

As despesas com *habitação* (C04) tornaram-se na principal despesa na estrutura do orçamento familiar no ano 2000, aumentando de 14,25% para 29,2% do total das despesas, no período em análise. Este aumento enfatiza o significado atribuído à *habitação* pelas famílias portuguesas e a transformação de Portugal num país de proprietários, em sequência das políticas de crédito à habitação e à bonificação das taxas de juro relativas aos empréstimos para a construção e aquisição de casa, nomeadamente nas décadas de 1980 e 1990. Devemos atender, também, às particularidades do mercado de aluguer e às políticas ativas dos governos para este setor. Este facto realça, ainda, o recente processo de urbanização e o contributo dos emigrantes neste domínio. A intervenção do Estado, incentivando o recurso ao crédito, pode ser considerada como uma medida que visa *fazer funcionar a economia*, obrigando os consumidores a

recorrerem ao crédito, sem qualquer limite (Barreto, 2000, p.62). Para Bauman (2008), esta obrigação corresponde a uma das principais *acções patrióticas* e a um empenho de socialização, que visa converter o recurso ao crédito num hábito e numa estratégia de vida admissível, num *axioma de vida inquestionável* (*Idem*, p.112). Esta perspetiva, que enfatiza o consumo como construção social, evidencia o papel do Estado enquanto instância de socialização nas sociedades modernas.

O aumento da importância relativa e do valor percentual das despesas com a habitação, nomeadamente entre 2005 e 2011, respetivamente de 26,5% para 29,2%, reflete o forte endividamento das famílias decorrente dos encargos bancários assumidos, fundamentalmente, com a aquisição deste bem. O endividamento das famílias é um fenómeno complexo, com múltiplas condicionantes, entre as quais o contexto de crise económica e social, que se acentua a partir de 2008, e ao qual está associado o aumento do desemprego, da precariedade no trabalho, a diminuição dos salários, entre outros fatores.

As despesas com *transportes* (C07) registam variações quer no valor percentual, quer na importância relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar. Em 1967 representavam 5,41% do total das despesas, ocupando a 6ª posição nesta estrutura. Em 2011 o valor percentual é de 14,5 % e correspondem à 2ª maior despesa das famílias. No sentido de evidenciarmos algumas das condicionantes que explicam as variações registadas nesta rubrica de despesa, consideramos pertinente realizar uma análise mais pormenorizada ao longo do tempo a que os dados se reportam. Assim, entre 1967 e 1995, as despesas com *transportes* aumentam de 5,41% para 17,17%. Consideramos que, nestas décadas, é possível identificar um conjunto de fatores condicionantes que desempenharam um papel significativo para a compreensão deste aumento. Concretamente, as políticas de crédito ao consumo, vigentes a partir da década de 1980 e nos anos 90, fomentam a compra do automóvel, estendendo-a a camadas mais alargadas da população. Este é o período correspondente à massificação deste bem, na sociedade portuguesa. Neste domínio, é ainda de salientar que é muito recente a rede de novas estradas e autoestradas. Um outro fator prende-se com a mudança ao nível da organização do espaço (local de residência / local de trabalho / local de lazer). Estas alterações conferem ao automóvel novos significados quer em termos da sua utilidade funcional, quer do seu significado simbólico (Schmidt et al., 2004). Assim, o automóvel, tal como a habitação tornam-se indispensáveis, sem perderem o seu carácter distintivo associado ao status que a posse destes bens confere aos seus proprietários.

Simultaneamente, constata-se que o hábito de recorrer ao crédito, fomentado por uma política de crédito ao consumo, se enraizou rapidamente na sociedade portuguesa, estendendo-se à aquisição de viatura própria. A importância relativa das despesas com *transportes* no orçamento familiar supera as despesas com *habitação*, colocando-a na segunda posição na década de 1980. Entre 1995 e 2006 esta despesa ocupa o terceiro lugar na estrutura do orçamento familiar. No ano 2000 verifica-se um decréscimo no valor percentual desta rubrica que se acentua em 2005-06. Este decréscimo parece traduzir, por um lado, um nível de satisfação desta necessidade e, por outro, realçar a intervenção do Estado ao nível do setor dos transportes (limitar os aumentos a um valor próximo da inflação). Em 2011, regista-se um novo aumento quer no valor percentual (14,5%), quer na posição relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar, voltando a corresponder à 2ª maior despesa. A crise económica e social e os fatores a esta a

associados, acima referidos, bem como o aumento dos preços dos combustíveis e dos transportes constituem explicações plausíveis para esta mudança.

No sentido de complementarmos esta análise às despesas médias das famílias nas três principais rubricas do orçamento familiar, consideramos pertinente, mesmo com as limitações decorrentes da metodologia utilizada na recolha de dados do IDF, aprofundar o efeito das mudanças verificadas ao nível das práticas de consumo no domínio das desigualdades sociais. Isto é, ao longo dos 40 anos de democracia, é possível ou não verificar, a partir da estrutura de consumo das famílias, uma relação de condicionamento entre o desenvolvimento e o aumento do bem-estar registado em Portugal e as desigualdades sociais?

Para alcançarmos este objetivo analisamos o efeito da variável nível de instrução (Ni), do capital escolar institucionalizado, sobre a estrutura do orçamento familiar (quadro n.º 2). Esta variável, muito valorada a partir de Bourdieu, na análise da dominação simbólico-ideológica, é considerada mais reveladora da reprodução social do que o próprio capital económico.

A análise que apresentamos respeita ao período entre 1989 e 2011, para o qual existem dados recolhidos pelo INE relativos à variável nível de instrução. De referir ainda que dada a diversidade de valores definidos para esta variável, a análise limitou-se aos valores extremos da mesma (Nenhum e Superior).

**Quadro n.º 2 - Principais rubricas de despesa do orçamento familiar em função do nível de instrução do representante do agregado, entre 1989 e 2011 – Continente (%)**

	1989-90		1994-95		2000		2005-06		2010-2011	
	Ni1	Ni9	Ni1	Ni5	Ni1	Ni5	Ni1	Ni6	Ni1	Ni6
<b>C01</b>	42,51	16,64	36,59	13,35	27,03	9,66	22,77	10,58	18	9,4
<b>C04</b>	11,17	14,32	18,89	24,06	21,62	19,34	32,67	24,09	39	24,9
<b>C07</b>	6,31	18,69	10,50	17,53	9,45	16,22	4,97	13,27	5,8	16,1

Fonte: INE, *Inquérito às Despesas das Famílias* (designação atual)

Os valores percentuais das três principais despesas, analisados em função do nível de instrução, confirmam a tendência para a diminuição da importância relativa das despesas com *alimentação* (C01), ao longo do período em análise. Contudo, estes são muito distintos para os dois níveis de instrução extremos. Enquanto para o nível de instrução mais baixo, eles oscilam entre os 42,51% e os 18%, a variação é entre os 16,64% e os 9,4%, para o nível de instrução mais elevado. Assim, verifica-se que a diferença dos valores percentuais desta despesa, entre os dois graus de instrução considerados, tem vindo a diminuir ao longo do período em análise (de 25,87% em 1989-90 para 8,6% em 2010-11). Não obstante, a estrutura do orçamento das famílias com menor nível de instrução permanece menos equilibrada, já que as duas primeiras rubricas correspondem a mais de 50% do total das despesas.

Estes dados corroboram a existência de um aumento do nível de vida das famílias portuguesas. Confirma-se, também, que o aumento do nível de desenvolvimento socioeconómico se repercute numa maior autonomia do gosto face às condições materiais objetivas. Todos estes resultados evidenciam, ainda, que esta variável condiciona as práticas de consumo.

Os valores respeitantes às despesas com *habitação* reforçam a importância relativa desta despesa, que tem vindo a aumentar (de 11,17% para 39% nos agregados com Ni1 e de 14,32% para 24,9% nos agregados com Ni6), principalmente para os agregados sem qualquer grau de instrução. Nestes agregados esta despesa mais do que triplicou de 1989 para 2011. Revela, ainda, que a diferença do valor percentual entre os dois níveis de instrução considerados é pouco expressiva até 2006 (valor máximo é de 8 pontos percentuais) e, a partir desse ano, é nos agregados com nível de instrução mais baixo que esta despesa se torna mais significativa (39% em 2010-11). De referir, também, que nos agregados com o nível de instrução superior esta despesa diminui em 2000, para voltar a assumir em 2010-11 um valor semelhante ao registado em 1994-95 (24% do total das despesas). Este é, certamente, um dos efeitos das políticas relativas à habitação, quer no que se refere ao arrendamento, quer ao crédito e da repercussão da crise económica sobre as taxas de juro. Estes fatores tornam-se particularmente gravosos para os grupos sociais mais desfavorecidos, diluindo a dicotomia entre proprietários e locatários.

Os dados relativos às despesas com *transportes* evidenciam a oposição entre os utilizadores dos transportes públicos e os detentores de viatura própria. Permitem, igualmente constatar que é na primeira metade da década de 1990 que estas despesas se tornam particularmente importantes para as famílias com níveis de instrução mais baixos (o seu valor quase duplica entre 1989 e 1995). Realçam, ainda, que o decréscimo da importância relativa destas despesas, no orçamento das famílias com nível de instrução superior, se inicia em 1995. Neste grupo o nível de satisfação desta necessidade é alcançado mais rapidamente em função de uma situação económica mais vantajosa. Este desfasamento, ao nível temporal, constitui um outro indicador da prevalência de desigualdades que decorrem das condições materiais de existência e do efeito das mesmas em termos das práticas de consumo. Contudo, nem sempre os indivíduos têm consciência dos determinismos que sobre eles se exercem. A ilusão de liberdade de comportamento decorre do facto de as práticas resultarem do *produto de forças internas e externas* que constroem e solicitam o indivíduo, de modo variável (Lahire, 2004). A tendência para a diminuição do valor percentual desta despesa acentua-se, em 2005-06, em ambos os níveis de instrução considerados (de 9,45% para 4,97% nos agregados com Ni1 e de 16,22% para 13,27% nos agregados Ni6). Esta diminuição aponta para uma perda da importância relativa desta despesa na estrutura do orçamento familiar que consideramos estar relacionada quer com as políticas de intervenção estatal, ao nível do setor dos transportes, quer com o desenvolvimento e diversificação da própria rede de transportes (Estado e privados). Em 2010-11, refletindo o aumento do preço dos combustíveis, a despesa com *transportes* volta a aumentar, sendo o acréscimo mais significativo para o nível de instrução superior (13,27% para 16,1%).

Para além das razões anteriormente apresentadas para explicar esta mudança, consideramos pertinente mencionar outras. A primeira, mais óbvia, decorre do facto desta diminuição resultar do aumento da importância relativa de outras despesas, nomeadamente com a *habitação*. Outra, intimamente associada à anterior, prende-se com o crescente endividamento das famílias e a necessidade de reduzir as despesas. A terceira, que complementa a precedente, encontra-se associada ao conceito de consumo sustentável. Este conceito é complexo e prende-se com questões económicas, sociais e ambientais. Num sentido lato, o consumo sustentável está associado à ideia de gastar menos sendo mais amigo do ambiente, isto é, reduzir a procura de modo a preservar o ambiente e os recursos naturais sem comprometer as gerações futuras (Jackson, 2005).



Esta ideia, promovida através de Redes Nacionais de Consumo Sustentável, por políticas governamentais e até mesmo por empresas, visa informar e capacitar os cidadãos para a mudança de hábitos de consumo, através de ações formativas e de campanhas publicitárias. A título de exemplo poderemos referir o *dia europeu da cidade sem carros e galp share lugares vazios*. A crença na possibilidade de mudar comportamentos através de ações formativas e de campanhas de divulgação decorre da concetualização das práticas de consumo enquanto escolhas puramente individuais. Não partilhamos desta perspetiva que negligencia os condicionalismos do contexto social e cultural na definição e no constrangimento da escolha individual. Defendemos, antes, que a mudança de comportamentos só será viável se ancorada numa intervenção política que promova e suporte comportamentos morais e sociais (Dawkins, 2001).

Em suma, a análise realizada ao enfatizar as variações da importância relativa das principais rubricas de despesa na estrutura do orçamento familiar, entre 1967 e 2011, permite confirmar a existência de uma relação de condicionamento entre o nível de desenvolvimento e o aumento do bem-estar registado em Portugal e as desigualdades sociais. Reafirma ainda, a pertinência da variável nível de instrução na análise destas desigualdades (em termos do gosto e do acesso aos bens).

## 6. Vetores de mudança ao nível das práticas de consumo

As despesas com *Hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11), *Lazer, distração e cultura* (C09), e *Comunicações* (C08), encontram-se fortemente associadas a características da sociedade moderna [mudanças ao nível dos valores, dos papéis sociais (papel da mulher), das sociabilidades, das novas tecnologias de comunicação e de informação, entre outras], e reforçam o carácter determinante da cultura nas escolhas de consumo. Estas despesas são particularmente significativas quer pela importância relativa que têm vindo a assumir na estrutura do orçamento familiar, quer pelo facto de se afirmarem como despesas características de uma nova estrutura-tipo de consumo. Esta tem como traço distintivo o relevo que as determinantes culturais parecem assumir face às determinantes socioeconómicas.

As despesas com *Hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11) têm vindo a adquirir importância relativa na estrutura do orçamento familiar, passando da 9ª para a 4ª despesa mais significativa, desde 1989 (quadro n.º 3).

Quadro n.º 3 - Despesa com *Hotéis e Restaurantes* (C11) entre 1967 e 2011 – Continente (%)

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06	2010-11
<b>C11</b>	2,85*	4,06	5,81	10,04	9,26	9,59	10,96	10,4
<b>Posição ocupada</b>	9ª	8ª	6ª	4ª	4ª	4ª	4ª	4ª

\* Dados relativos a "alimentação consumida fora de casa e diversos"  
Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias (designação atual)

Em termos do valor percentual é entre 1980 e 1989 que se regista o aumento mais significativo desta despesa (de 5,81% para 10,04%). É, também, a partir desta última data que este valor mantém uma certa estabilidade.

Esta rubrica de despesa inclui itens que remetem quer para práticas de consumo quotidianas (cafés, refeições fora de casa / restaurantes), quer para práticas específicas

do período de férias (hotéis e restaurantes), facto que a torna um pouco grosseira. Esta imprecisão dificulta a obtenção de dados que permitam conhecer se o hábito de realizar refeições fora de casa se enraizou ou não na sociedade portuguesa, enquanto prática quotidiana, e, por outro lado, saber se esta despesa reforça ou não a distinção entre os grupos sociais.

Não obstante, esta mudança de comportamento constitui um indicador relevante para caracterizar a sociedade portuguesa, em termos do consumo. Como já referimos anteriormente esta despesa está fortemente associada a mudanças que marcam a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Ela prende-se, também, com as relações de sociabilidade pois uma refeição num restaurante ou num hotel corresponde a um momento de convívio e de interação social a diversos níveis (familiar, amical, laboral, entre outros). Estas práticas de consumo encontram-se, normalmente, associados à esfera do lazer e das sociabilidades, extravasando a mera necessidade básica que lhe subjaz, a alimentação. E, deste modo, enfatizam a presença de atitudes e valores hedonistas, já que se associa o prazer da diversão à satisfação de uma necessidade básica.

Importa salientar, ainda, que o aumento das despesas em restaurantes (alimentação fora de casa) está fortemente associada aos processos de recomposição socioprofissional e às mudanças nas estruturas sociais que os mesmos traduzem. Designadamente, à feminização da população ativa e às consequentes repercussões ao nível do estatuto social das mulheres (independência económica), às relações familiares (redefinição de papéis e tarefas) e aos estilos de vida. De facto, o período em análise corresponde à terciarização da sociedade portuguesa, à urbanização, à escolarização, ao crescimento de grupos profissionais e das novas classes médias (profissões científicas e técnicas).

A análise da variação percentual das despesas relativas à *cultura e lazer* (quadro n.º 4) revela um aumento pouco significativo do valor percentual (4,84% para 5,3%), entre 1967 e 2011. Esta despesa permanece quase residual na estrutura do orçamento familiar (inferior a 6%). Contudo, em termos de posição relativa, ela corresponde à sétima maior despesa das famílias, em 2011. Uma vez mais, as alterações ao nível da metodologia de recolha de dados dificultam a comparação.

**Quadro n.º 4 - Despesa com *Cultura e Lazer* (C09), entre 1967 e 2011 – Continente (%)**

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06	2010-11
<b>C09</b>	4,84*	4,06*	3,38	3,22	3,20	4,81	5,69	5,3
<b>Posição ocupada</b>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	9 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>

\* Inclui despesas com Instrução/Educação

Fonte: INE, *Inquérito às Despesas das Famílias* (designação atual)

O conceito de cultura e lazer subjacente a esta rubrica assume algumas particularidades que o distanciam da concetualização sociológica, em sentido lato. De facto, nem sempre foram integradas nesta rubrica as despesas com a instrução/educação, nem as relativas às férias (hotéis e restaurantes). Assim, o valor percentual desta rubrica de despesa está desvalorizado. Por outro lado, recorrer às despesas para medir a importância das práticas culturais relativamente a outras práticas de consumo parece não ser muito adequado, principalmente nas sociedades

contemporâneas que se caracterizam pelo aumento e diversidade de ofertas culturais gratuitas (entradas em museus, espetáculos de rua, etc.). Com estas referências queremos apenas alertar para as limitações destes dados no que se refere à análise das práticas culturais e, simultaneamente, enfatizar a necessidade de pensar noutros indicadores para medir este consumo.

No sentido de corroborarmos o caráter distintivo do consumo cultural e, conseqüentemente, o condicionalismo que o capital cultural formal exerce sobre estas práticas de consumo, cruzamos o valor percentual desta despesa com o nível de instrução do representante do agregado familiar (quadro n.º 5). A análise contemplou os níveis de instrução mais baixo (nenhum) e mais elevado (superior), no período entre 1989 e 2011, em função das limitações metodológicas decorrentes da metodologia de recolha de dados do IDF, já apresentadas.

**Quadro n.º 5 - Despesa com *Cultura e Lazer* (C09), em função do nível de instrução do representante do agregado, entre 1989 e 2011 – Continente (%)**

	1989-90		1994-95		2000		2005-06		2010-2011	
	Ni1	Ni9	Ni1	Ni5	Ni1	Ni5	Ni1	Ni6	Ni1	Ni6
<b>C09</b>	1,75	7,4	1,78	7,49	2,24	8,26	2,09	8,54	2,1	7,1

Fonte: INE, *Inquérito às Despesas das Famílias* (designação atual)

Os dados confirmam que o aumento desta despesa é pouco significativo, inferior a 2% para ambos os níveis de instrução, entre 1989 e 2011. Contudo, quando comparamos os valores relativos aos dois níveis de instrução, constatamos que a diferença entre eles é de cerca de seis pontos percentuais. De salientar, ainda, que em 2010-2011 o valor percentual desta despesa regista uma ligeira diminuição (de 8,54% para 7,1%) para o nível de instrução mais elevado. Esta variação reflete os efeitos da crise económica e social e repercute-se nas despesas relativas ao *gosto de luxo*. Assim, para este período e no que se refere às práticas de consumo cultural, é lícito afirmar que a democracia não contribuiu para diminuir as desigualdades sociais, em Portugal.

De salientar, ainda, que o valor percentual para o nível de instrução mais elevado é de 8,54%, em 2006, enquanto o valor médio desta despesa é de 5,3%, em 2011. Esta diferença torna a distinção mais evidente e enfatiza o condicionalismo decorrente do capital cultural ao nível das práticas de consumo.

A análise da variação do valor percentual das despesas com *comunicações* (C08) parece-nos significativa dada a centralidade deste setor nas sociedades modernas (quadro n.º 6).

**Quadro n.º 6 - Despesa com *Comunicações* (C08), entre 1967 e 2011 – Continente (%)**

	1967-68	1973-74	1980-81	1989-90	1994-95	2000	2005-06	2010-11
<b>C08</b>	*	0,56	0,77	1,02	1,94	3,25	2,94	3,3
<b>Posição ocupada</b>	-	11 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>	10 <sup>a</sup>

\* Sem dados

Fonte: INE, *Inquérito às Despesas das Famílias* (designação atual)

Nesta rubrica estão incluídas as despesas com as telecomunicações (telemóveis e Internet). O telemóvel constitui um exemplo do fetichismo que caracteriza a sociedade de consumo. Ele permite reforçar as características pessoais mais inestimáveis quer através da imagem do *self* quer das relações com os outros (Heilbrunn, 2005). De salientar, ainda, que no ano 2000 quase metade da população portuguesa possui telemóvel (Barreto, 2000).

Os dados revelam que esta despesa tem vindo a aumentar, quer percentualmente (valor em 2011 é seis vezes superior ao registado em 1973), quer em termos da sua importância relativa (ascende à décima posição). De salientar que, no ano 2000, 43% dos agregados domésticos possuem computador e 32% têm ligação à Internet. Na área das comunicações a difusão de novos comportamentos tem sido particularmente significativa (telemóveis, computadores) e, até mesmo, incrementada pelo Estado (programa e-escola, computador Magalhães).

Importa continuar a acompanhar os dados do IDF e analisar o valor percentual e a importância relativa que estas rubricas de despesa vão assumir no futuro, na estrutura do orçamento das famílias. É, também, importante relacionar estes dados com as mudanças ao nível das práticas de consumo e as mudanças na estrutura da sociedade portuguesa. Esta análise será central para confirmarmos que a estrutura do consumo das famílias se está a aproximar do modelo de estrutura que caracteriza as modernas sociedades de consumo e que as despesas identificadas como vetores de mudança desempenham efetivamente esse papel, na sociedade portuguesa.

## 7. Conclusões

A análise da estrutura do orçamento familiar, centrada na variação da importância relativa das rubricas de despesa selecionadas, entre 1967 e 2011, evidenciou mudanças ao nível da mesma e permitiu estabelecer uma relação entre estas e as mudanças estruturais verificadas na sociedade portuguesa, bem como com o nível de desenvolvimento socioeconómico registado no país. Corroborou, também, a ideia de que o consumo é uma construção social, dado que a natureza e a quantidade de necessidades individuais são determinadas pela sociedade em função do lugar ocupado na hierarquia social. Em suma, afirmou a pertinência das teorias da prática para a análise das práticas de consumo.

A análise enfatizou a relação de condicionamento entre poder/volume e espécie de capitais e as variantes do *gosto* e, conseqüentemente, sobre as práticas de consumo. Nomeadamente, reforçou a ideia de que o capital escolar institucionalizado desempenha um papel central no processo de reprodução social e de dominação simbólico-ideológica. Evidenciou, também, uma autonomia, ainda que relativa, da cultura face às determinantes económicas, ao nível das práticas de consumo. Em suma, reafirmou que estas práticas e as necessidades que as geram espelham a cultura e o grau de participação dos diferentes grupos na vida social.

Por último, os resultados alcançados permitiram identificar as despesas que se tornaram significativas quer em termos do seu valor percentual (*habitação, transportes, hotéis, restaurantes e cafés*) quer por se afirmarem como despesas específicas de uma nova estrutura de consumo (*hotéis, restaurantes e similares; lazer e cultura; comunicação*). Assim, as alterações verificadas aproximam a estrutura do orçamento das famílias portuguesas das estruturas que caracterizam as modernas sociedades de

consumo. Contudo, as quatro décadas de democracia não contribuíram para diminuir as desigualdades sociais ao nível das práticas de consumo, em Portugal.

### Bibliografia

- Alonso, L. (2005). *La Era del Consumo*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A..
- Barbosa, L. (2008). *Sociedade de Consumo*. Ciências Sociais Passo-a-passo, 49, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed..
- Barreto, A. (Org), (2000). *A Situação Social em Portugal 1960-1999. Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*. Vol. II, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bauman, Z. (2008). *Vida de Consumo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Bourdieu, P. (2002 [1972]). *Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Casanova, J. (1995). Uma avaliação conceptual do *habitus*. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 18, 45-68.
- Cruz, I. (1996). *Para uma Análise Comparada das Estruturas de Consumo em Portugal: A Região Norte e o Continente. Aplicação da Análise em Componentes Principais aos Dados do IOF 1989-90*. Tese de Mestrado, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Disponível em <http://sirius.bn.pt>.
- Cruz, I. (2013). *Entre Estruturas e Agentes: Padrões e Práticas de Consumo em Portugal Continental*. Porto: Afrontamento.
- Dawkins, R. (2001). Sustainability doesn't come naturally: an evolutionary perspective on values. Values platform for Sustainability, Inaugural Lecture present at the Environment Foundation, Wednesday, 14 November de 2001, London: The Royal Institution.
- Douglas, M. & Isherwood, B. (2004). *O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Durand, J.-P. & Weil, R. (1990). *Sociologie Contemporaine*. Paris : Editions Vigot.
- Giddens, A. (1996). *As Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- Heilbrunn, B. (2005). *La Consommation et ses Sociologies*. Collection Sociologie, 128, Paris: Armand Colin.
- INE. *Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares*. Edições de 1967-68, 1973-74 e 1980-81.
- INE. *Inquérito aos Orçamentos Familiares*. Edições de 1989-90, 1994-95 e 2000.
- INE. *Inquérito às Despesas das Famílias*. Edições de 2005-06 e 2010-11.
- Jackson, T. (2005). *Motivating Sustainable Consumption – A review of models of consumer behaviour and behavioural change*. A Report to the Sustainable Development Research Network, London: Policy Studies Institute.
- Lahire, B. (2004). *Retratos Sociológicos: Disposições e Variações Individuais*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Lahire, B. (1998). *O Homem Plural. Os determinantes da acção*. Brasil: Editora Vozes.
- Lévi-Strauss, C. (1974). *Le Totémisme Aujourd'hui*. Paris: PUF.
- Machado, F. & Costa, A. (1998). Processos de uma modernidade inacabada. In J. Viegas, A. Costa (Orgs.). *Portugal que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora, 17-44.
- Mauritti, R. (2011). *Viver Só. Mudança Social e Estilos de Vida*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Miller, D. (1995). Acknowledging Consumption: A Review of New Studies. *Material Cultures*, Disponível em <http://books.google.com>.
- Pinto, L. (1990). Le consommateur: agent économique et acteur politique. *Revue Française de Sociologie*, Vol. XXXI, 2, 179-198.



- Ringberg, T. (2005), The human consequences of consumer culture: An historical and cultural perspective. In K. M. Ekström, H. Brembeck (Eds.). *Report from the Conference "Elusive Consumption in retrospect"*. CFK-rapport 2005:01, 40-50, Disponível em [www.hgu.gu.se/files/cfk/rappporter/elusive](http://www.hgu.gu.se/files/cfk/rappporter/elusive).
- Schmidt, L., Nave, J. & Sousa, D. (2004). O Automóvel – Usos e Desusos do Transportes Individual. Lisboa: Observa.
- Southerton, D. (2013). Habits, routines and temporalities of consumption: from individual behaviours to the reproduction of everyday practices. *Time & Society*, 22, 3, 335–355.
- Southerton, D. & Yates, L. (2014). Exploring Food Waste Through the Lens of Social Practice Theories: some reflections on eating as a compound practice, in: Ekstrom, K. (Eds.), *Waste Management and Sustainable Consumption: Reflections on Consumer Waste*. London: Routledge, 133–149.
- Truninger, M. (2010). *O Campo Vem à Cidade: Agricultura Biológica, Mercado e Consumo Sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Warde, A. (2014). After taste: Culture, consumption and theories of practice, *Journal of Consumer Culture*, 14, no. 3: 279–303.
- Warde, A. (2013). Sustainable consumption and policies for behaviour change. *Discover Society*, 1(1).